



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Comparação do capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas das universidades federais brasileiras

José Roberto Abreu De Carvalho Júnior, Lusvanio Carlos Teixeira, Wescley Silva Xavier, Marco Aurélio Marques Ferreira

[ARTIGO] GT 13 Relações Raciais e Interseccionalidade na Administração Pública

Comparação do capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas das universidades federais brasileiras

Resumo:

O objetivo do artigo foi comparar os níveis de capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas dos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Para tanto, aplicamos um questionário eletrônico a uma expressiva amostra de 11.458 egressos, de 18 universidades federais. Criamos os níveis de capital cultural dos egressos a partir de uma Análise Fatorial de uma combinação de variáveis como escolaridade dos pais e frequência de consumo de bens culturais pelos estudantes antes de eles entrarem na universidade. Comparamos as médias obtidas de capital cultural entre egressos cotistas e não cotistas por meio do Teste *t* de Student. Os resultados sugerem que egressos cotistas possuem menores níveis de capital cultural herdado da família antes de entrarem na universidade federal do que os egressos não cotistas. Logo, os resultados destacam a relevância da política de cotas das universidades federais para a inclusão sociocultural dos estudantes cotistas.

Palavras-chave: Capital cultural. Estudantes. Cotas. Ação afirmativa. Ensino superior.

1. Introdução

É em um cenário histórico de persistente desigualdade social no acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, que foi estabelecida em 2012 a política de cotas (Lei 12.711) para que universidades federais reservem pelo menos metade das suas vagas de cursos de graduação para estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas e, a partir de então, com reservas específicas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e/ou de famílias de baixa renda, que são os popularmente chamados estudantes cotistas. Estudantes que não são admitidos pelo sistema de ampla concorrência são os denominados estudantes não cotistas. A política de cotas, enquanto uma política de ação afirmativa, é legítima no combate à desigualdade no acesso às universidades públicas que, historicamente, sempre serviram predominantemente aos alunos da elite brasileira (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020).

O estado da arte das pesquisas sobre a política de cotas indica que pesquisadores têm se concentrado majoritariamente em investigar os impactos proporcionados pela política de cotas após os estudantes cotistas serem admitidos à universidade. Nesse campo, os estudos se debruçam em verificar mudanças no perfil discente das universidades após a adoção das cotas (VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019), em comparar o desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas durante o curso de graduação (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020) e em comparar seus ganhos no mercado de trabalho após eles se formarem na universidade federal (BIAZOTTO et al., 2022).

Entretanto, ainda pouco se sabe sobre como era a vida de egressos cotistas em

termos de acesso a bens culturais (capital cultural) antes de eles entrarem na universidade federal. E menos conhecimento ainda se tem sobre como era essa vida comparada à dos egressos não cotistas. O capital cultural, de acordo com a análise clássica de Bourdieu (1986), pode ser entendido pelos comportamentos mentais e hábitos do indivíduo, fruto do seu acesso e conhecimento de bens culturais como livros, músicas e obras-de-arte e pelas suas qualificações acadêmicas. Bourdieu (1986) explica que o capital cultural pode ser adquirido pelos indivíduos, mas que o seu princípio mais poderoso ocorre por meio da sua transmissão de pais para filhos, onde os filhos de pais altamente escolarizados e com alto nível de capital cultural são privilegiados por acumularem, desde a pequena infância e de uma maneira mais fácil e rápida, o capital cultural que lhe será útil por toda a vida.

Bourdieu (1986) destaca que estudantes de famílias de baixa renda (como os cotistas) carecem de capital cultural herdado da família, ao contrário dos estudantes de famílias de melhor condição socioeconômica (estudantes não cotistas), que possuem esse capital cultural, podendo, assim, afetar diferentemente suas chances educacionais e profissionais ao longo de toda a vida. Evidências ao redor do mundo sugerem que egressos do ensino superior que têm maior capital cultural obtêm maiores privilégios no mercado de trabalho, especialmente para a admissão às melhores ocupações (CHOI, 2015; ERICKSON, 1996; FLEMMEN, 2012; FRIEDMAN; LAURISON; MILES, 2015; HARTMANN, 2000; KOPPMAN, 2016; LEMOS; PINTO, 2008; RIVERA, 2011, 2015; TURCO, 2010).

Diante desse cenário de escassez de pesquisas no contexto brasileiro, questionamos: os egressos cotistas das universidades federais possuem menores níveis de capital cultural herdado da família do que os egressos não cotistas? Para responder essa pergunta, o objetivo do artigo é comparar os níveis de capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas dos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Baseando em Bourdieu (1986, 1992, 2007a, 2007b), a hipótese do artigo é que egressos cotistas possuem menores níveis de capital cultural herdado da família do que os egressos não cotistas.

Ao melhor de nosso conhecimento, somos os primeiros a identificar e a comparar o capital cultural de egressos cotistas e não cotistas antes de eles entrarem na universidade federal. Logo, essa é a contribuição teórica do artigo. Como contribuição metodológica, somos os primeiros a criar uma variável que representa, de maneira combinada, o capital cultural dos egressos cotistas e não cotistas. Como contribuição

empírica, obtemos os dados através de uma ampla pesquisa, que considera como unidade de análise egressos cotistas e não cotistas, de diferentes cursos de graduação, de várias universidades federais e das cinco regiões do Brasil.

O artigo ocorre em momento oportuno e simbólico considerando que em 2022 se completaram 10 anos de existência da política de cotas e que em 2023 está prevista ocorrer uma revisão sobre a sua continuidade ou não. Logo, como contribuição prática e social do artigo, julgamos que conhecer o possível acesso diferenciado a bens culturais pelos estudantes antes da entrada no ensino superior é fundamental para gestores públicos avaliarem e pensarem políticas públicas educacionais, como a política de cotas das universidades federais, e políticas culturais, de modo a se alcançar uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

2. O capital cultural herdado da família segundo Bourdieu

De acordo com Bourdieu (1986), capital cultural pode ser entendido como hábitos, predisposições mentais e comportamentos do indivíduo (na sua forma incorporada), construído através do seu acesso e conhecimento de bens culturais como livros, músicas e obras-de-arte (na sua forma materializada) e pelas suas qualificações acadêmicas (na sua forma objetivada, institucionalizada). Bourdieu (2007a) explica que os hábitos culturais unem as classes, através do gosto e da partilha em comum entre si, o denominado “habitus”, e que os indivíduos pertencentes a uma classe aderem imediatamente a esse habitus, devido a uma naturalidade proporcionada pela sua familiaridade. Por exemplo, a apropriação de bens culturais como o teatro, o concerto e principalmente os museus, tacitamente requer dos indivíduos uma posse prévia dos instrumentos que permitirão a sua plena compreensão (BOURDIEU, 2007b).

Bourdieu (1986) esclarece que o capital cultural pode ser adquirido pelos indivíduos, mas que o seu princípio mais poderoso ocorre por meio da sua transmissão de pais para filhos, onde os filhos de pais com alto nível de capital cultural são privilegiados por acumularem, desde cedo e de uma maneira mais fácil e rápida, o capital cultural que lhes será útil por toda a vida. Os filhos da classe dominante herdam de sua família uma herança material que na prática se configura como uma herança cultural (BOURDIEU, 2007a), transmitida de maneira discreta e indireta, conscientemente ou não (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Quanto maior é o nível de instrução do indivíduo e mais alta é a posição da sua ocupação no mercado de trabalho, maior tende a ser o consumo de bens culturais considerados “legítimos” na sociedade

como livros, teatro, concerto e cinema (BOURDIEU, 2007b). Logo, filhos de famílias de origem social privilegiada têm um acesso precoce, facilitado e orientado ao consumo de bens culturais reconhecidos como autênticos e com valor na sociedade (BOURDIEU, 2007a).

De acordo com Bourdieu e Passeron (2014), o privilégio cultural se torna evidente quando o indivíduo possui uma familiaridade natural com a cultura, que é obtida somente com a frequência regular ao teatro, ao museu ou ao concerto, proporcionada principalmente pela sua família, uma vez que a escola se omite dessa tarefa, pois ela não organiza a visita dos alunos a esses espaços ou, quando organiza, o faz de maneira esporádica. Mas, paradoxalmente, a escola exige em seus processos de avaliação justamente a cultura que ela não ensina, mas que já é de posse dos estudantes da classe dominante, legitimando assim o seu capital cultural (BOURDIEU, 2007a). Esse processo gera um ciclo no qual o capital cultural possuído pelos estudantes da classe dominante retorna de maneira contínua e acumulada para eles (BOURDIEU, 2002).

Desse modo, a escola serve aos interesses da classe dominante (BOURDIEU, 2007a) e o sistema escolar atua para que assim permaneça, ignorando as diferenças sociais entre os estudantes (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Isso faz com que quanto maior seja o capital cultural herdado da família pelo estudante maior também seja o seu capital escolar, isto é, o êxito nas avaliações escolares e a continuidade nos estudos que, por sua vez, serão posteriormente solicitados e validados como requisito para a inserção em boas ocupações no mercado de trabalho (BOURDIEU, 2007a).

As classes sociais são, assim, distintas em função do capital cultural valorizado no meio social, isto é, o capital cultural da classe dominante (BOURDIEU, 2007a). Segundo Bourdieu (1992), a cultura que une as classes por meio da comunicação entre si é, ao mesmo tempo, a cultura que as separa por meio da distinção dos hábitos e gostos e esse processo gera uma distância hierárquica entre as culturas, na qual o habitus da classe dominante é reconhecido como sendo a cultura autêntica, de maior valor, e a cultura das demais classes como sendo subculturas, de menor valor. Assim, a ideologia pelo gosto natural da cultura que a sociedade define como sendo de valor em diferentes mercados é diferente entre as classes e isso, conseqüentemente, favorece a classe dominante, pois é a sua cultura que é tratada como a diferenciadora, impondo seus valores acima das demais (BOURDIEU, 2007a). Indivíduos da classe dominante estão integrados à cultura dominante e isso lhes assegura uma comunicação imediata entre

todos os seus membros e os distinguem das outras classes e das outras culturas (BOURDIEU, 1992).

De acordo com Bourdieu (2007a), o acesso às melhores ocupações do mercado de trabalho depende, além do capital social do indivíduo, também do seu capital cultural, isto é, a afinidade de habitus entre o candidato a empregado e o seu futuro empregador, e não considera suas qualificações acadêmicas (capital escolar). Bourdieu (2007a, 2007b) explica que o capital cultural incorporado pelos filhos da classe dominante desde cedo, como o habitus e o gosto em comum, expressos através de estilos de vida como as maneiras e os gostos da boa sociedade, a boa aparência, o gosto por música erudita, a prática de jogos e esportes elitizados, o gosto e entendimento de obras de arte, especialmente as modernas, a frequência regular ao teatro, ao concerto, ao museu e ao cinema, a presença em clubes de luxo, etc., se mostram mais relevantes para a sua futura boa inserção no mercado de trabalho do que o seu capital cultural objetivado, isto é, o diploma escolar, os títulos acadêmicos e as propriedades intelectuais expressas através dessas certificações.

Desse modo, segundo Bourdieu e Passeron (2014), os estudantes da classe dominante herdam saberes e um saber-fazer, gostos e um “bom gosto”, extremamente valorizados no meio escolar e social. Exemplos de propriedade de capital cultural incluem ainda a desenvoltura irônica, o estilo, o espírito, a elegância preciosa e a segurança na fala e na postura que transmitem uma naturalidade ou uma aparente naturalidade, quase sempre observadas nos estudantes da classe dominante, que indicam o seu pertencimento à elite e, portanto, à cultura dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2014). E, além de já crescerem em um ambiente propício à criação e desenvolvimento de capital cultural que se mostrará relevante para seu sucesso profissional, a classe dominante é mais propensa a investir continuamente em práticas culturais que, por mais desinteressadas que sejam e possam parecer, mantêm e aumentam a raridade de seu capital cultural (BOURDIEU, 2007b).

Logo, o egresso do ensino superior que não cresceu em um ambiente familiar favorável à criação e desenvolvimento das práticas culturais da classe dominante não possui capital cultural relevante para maximização econômica e simbólica de seu diploma universitário no mercado de trabalho e no meio social (BOURDIEU, 2007a). Assim, a classe dominante impõe, por meio do seu poder econômico, a valorização da sua cultura e legitima a sua dominação perante às outras classes (BOURDIEU, 1992). De acordo com Bourdieu (1992), o capital cultural fornece poder à classe dominante no

campo social para assegurar os mecanismos que garantem a sua validação e reprodução exclusiva e o seu volume determina a posição dos indivíduos no espaço social.

Os argumentos de Bourdieu (1986, 1992, 2007a, 2007b) e de Bourdieu e Passeron (2014) são constantemente comprovados por evidências de várias pesquisas em diversos países que identificam que o capital cultural tem papel decisivo para a contratação ou promoção na carreira de empregados de elite (CHOI, 2015; ERICKSON, 1996; FLEMMEN, 2012; FRIEDMAN; LAURISON; MILES, 2015; HARTMANN, 2000; KOPPMAN, 2016; LEMOS; PINTO, 2008; RIVERA, 2011, 2015; TURCO, 2010) e que, assim, credenciais educacionais não são unicamente a base para o sucesso dos indivíduos no mercado de trabalho (BILLS; DI STASIO; GËRXHANI, 2017).

3. Metodologia

Nossa pesquisa possui abordagem estritamente quantitativa dos dados. Para atingir nosso objetivo, realizamos um *Survey*, do tipo *cross-section*, aplicando, entre 15 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, um questionário eletrônico, por meio do Formulários Google, que foi respondido por uma expressiva amostra final de 11.458 egressos ($n = 11.458$), sendo 32,41% cotistas e 67,59% não cotistas, de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais brasileiras, de todas as cinco regiões do país e que colaram grau entre 2016 e 2021.

A fim de evitar vieses na escolha das universidades participantes e, conseqüentemente, na coleta dos dados e análises dos resultados, pretendíamos, inicialmente, aplicar o questionário aos egressos cotistas e não cotistas de todos os cursos presenciais de graduação de todas as universidades federais do Brasil e que colaram grau entre 2016 e 2021. Restringimos a nossa unidade de análise aos egressos que colaram grau entre 2016 e 2021 em virtude de a política de cotas ter se instituído efetivamente nas universidades federais de maneira gradual a partir do início de 2013 e consolidadas em 2016, quando 50% das vagas dos cursos de graduação passaram a ser destinadas aos estudantes cotistas (oriundos do ensino médio de escolas públicas). Nesse caso, considerando que um curso de graduação tem uma duração média entre quatro e seis anos, é provável que a maioria dos egressos formados após 2016 tenha entrado na universidade com as ações afirmativas já em vigor.

Das 69 universidades federais existentes atualmente, nós não entramos em contato apenas com seis delas por terem sido criadas muito recentemente (de 2018 em diante) e provavelmente não terem turmas de egressos no momento de aplicação do

questionário¹. Das 63 universidades federais que consideramos válidas para os nossos propósitos, 30 aceitaram participar da pesquisa. Solicitamos às 30 universidades que enviassem o questionário a seus egressos diretamente por e-mail e também o disponibilizamos em grupos de ex-alunos dessas universidades no Facebook. Porém, apenas 18 universidades federais enviaram o questionário diretamente para o e-mail de seus egressos, que foram justamente as universidades que registraram a maior taxa de respostas de seus egressos ao questionário (pelo menos 100 egressos de cada universidade). Visando padronizar os nossos métodos e não incorrerem no risco de enviar a amostra, restringimos a nossa unidade de análise somente aos egressos dessas 18 universidades, que receberam o questionário diretamente em seu e-mail.

Ao fazermos isso, observamos também o recomendado por Hair et al (2009) sobre termos pelo menos 100 observações em um conjunto de dados para a validade estatística dos resultados. Nesse caso, foram justamente as 18 universidades que enviaram o questionário para o e-mail de seus egressos que registraram pelo menos 100 respostas (observações, egressos) no questionário. É importante destacar que, com base nesses critérios, desconsideramos respostas de universidades que, juntas, representavam apenas 1,74% do total das respostas registradas no questionário. A tabela 1 apresenta a nossa amostra final, contendo as universidades, a região do país e suas respectivas taxas de respostas registradas e o percentual em relação ao total da amostra considerada.

Tabela 1 – Amostra final de egressos e unidade de análise da pesquisa

Universidade	Região do país	Nº de egressos que responderam ao questionário	Percentual em relação à amostra final
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul	1.932	16,9%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste	1.790	15,6%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sudeste	1.657	14,5%
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	Sudeste	1.220	10,6%
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Nordeste	928	8,1%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Nordeste	763	6,7%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sul	759	6,6%
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Norte	435	3,8%
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Sudeste	319	2,8%

¹ São elas: Universidade Federal de Catalão (UFCat), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT).

Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sudeste	267	2,3%
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Centro-Oeste	243	2,1%
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Sudeste	198	1,7%
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Centro-Oeste	191	1,7%
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Nordeste	169	1,5%
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Norte	166	1,4%
Universidade Federal de Alfenas (Unifal)	Sudeste	162	1,4%
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Nordeste	136	1,2%
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Nordeste	123	1,1%
Total		11.458	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Antes de ser enviado às universidades listadas na tabela 1, o questionário foi analisado voluntariamente e a pedido nosso por dois pesquisadores da UFV, especialistas em pesquisas com questionários, e também por um Programador Visual da Ufes, que possui formação e experiência na área de Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Visual. Esses profissionais sugeriram mudanças pontuais quanto ao formato das perguntas e respostas no questionário, de modo que elas retratassem a realidade da melhor forma possível e também para facilitar a coleta dos dados e análise dos resultados. Além disso, o Programador Visual da Ufes validou o aspecto gráfico e a ordem das perguntas do questionário. Realizamos todas as mudanças sugeridas para o questionário a partir da análise desses profissionais, que pertencem a duas das universidades participantes da pesquisa.

Após esses ajustes e antes de aplicarmos o questionário aos egressos das universidades listadas na tabela 1, realizamos um Pré-Teste com 16 egressos do curso de Comunicação Social – Jornalismo (Bacharelado), aplicando-lhes o questionário com um tipo de formato de perguntas, e com 22 egressos do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado), aplicando-lhes o questionário com outro formato de perguntas, ambos os cursos da UFV. O questionário no formato aplicado aos egressos do curso de Comunicação Social – Jornalismo (Bacharelado) se mostrou mais válido estatisticamente e, assim, nós adotamos sua estrutura como padrão para a versão final do questionário. Esse Pré-Teste serviu apenas para a validação do questionário e suas respostas não foram consideradas para as análises na amostra final da pesquisa.

Após as respostas dos egressos no questionário, os dados foram organizados e tabulados no Excel e, em seguida, analisados no SPSS (versão 23). O quadro 1

apresenta a definição, o formato e a descrição das nossas variáveis.

Quadro 1 – Formato e descrição das variáveis da pesquisa

Variável	Formato/Descrição
Categoria do egresso	Variável do tipo categórica. Corresponde à categoria na qual o egresso foi admitido à universidade, sendo as opções: cotista e não cotista.
Escolaridade do pai	Variável do tipo categórica. Corresponde ao grau de escolaridade do pai do egresso: sem instrução; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo; especialização incompleta; especialização completa; mestrado incompleto; mestrado completo; doutorado incompleto; doutorado completo; pós-doutorado incompleto; ou pós-doutorado completo.
Escolaridade da mãe	Variável do tipo categórica. Corresponde ao grau de escolaridade da mãe do egresso: sem instrução; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo; especialização incompleta; especialização completa; mestrado incompleto; mestrado completo; doutorado incompleto; doutorado completo; pós-doutorado incompleto; ou pós-doutorado completo.
Frequência ao cinema	Variável do tipo categórica. Corresponde à verificação da frequência com que o egresso ia ao cinema antes do curso universitário, sendo as opções: nunca; raramente; ocasionalmente; frequentemente; ou sempre.
Frequência ao teatro	Variável do tipo categórica. Corresponde à verificação da frequência com que o egresso ia ao teatro antes do curso universitário, sendo as opções: nunca; raramente; ocasionalmente; frequentemente; ou sempre.
Frequência a museus	Variável do tipo categórica. Corresponde à verificação da frequência com que o egresso ia a museus antes do curso universitário, sendo as opções: nunca; raramente; ocasionalmente; frequentemente; ou sempre.
Nº de viagens ao exterior nas férias	Variável do tipo categórica. Corresponde à verificação da frequência de viagens do egresso ao exterior nas férias antes do curso universitário, sendo as opções: nenhuma vez; 1 vez; 2 vezes; 3 vezes; 4 vezes; 5 vezes ou mais.
Capital cultural	Variável do tipo métrica. Corresponde à média obtida a partir de Análise Fatorial, realizada através de uma combinação das variáveis “Escolaridade do pai”, “Escolaridade da mãe”, “Frequência ao cinema”, “Frequência ao teatro”, “Frequência a museus” e “Nº de viagens ao exterior nas férias”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nós criamos a variável “Capital cultural” a partir de Análise Fatorial, resultante da combinação de outras variáveis. Esse procedimento não é sem precedentes na literatura brasileira, uma vez que recentemente Mendes e Ferreira (2021), por exemplo,

fizeram o mesmo para a criação de sua variável “capacidade estatal” de municípios mineiros, obtida a partir da combinação de uma série de outras variáveis como escolaridade de servidores, receita bruta dos municípios e filiação partidária de deputados e prefeitos.

Entendemos com base em Bourdieu (1986, 1992, 2007a, 2007b), Bourdieu e Passeron (2014) e Bourdieu e Wacquant (1992) e em outros estudos que se debruçaram especificamente sobre o tema do capital cultural (CHOI, 2015; ERICKSON, 1996; FLEMMEN, 2012; FRIEDMAN; LAURISON; MILES, 2015; HARTMANN, 2000; KOPPMAN, 2016; LEMOS; PINTO, 2008; RIVERA, 2011, 2015; TURCO, 2010) que as variáveis que utilizamos na Análise Fatorial para criação da variável “Capital cultural” são válidas para representar a transmissão do capital cultural de pais para filhos, especialmente mostrando as diferenças entre o capital cultural herdado por cotistas e não cotistas a partir do diferenciado capital econômico de sua família.

Assim, para a criação da variável “Capital cultural”, realizamos uma Análise Fatorial de escores Z (padronizados), sustentada por um Alfa de Cronbach de 0,729, a partir das variáveis “Escolaridade do pai”, “Escolaridade da mãe”, “Frequência ao cinema”, “Frequência ao teatro”, “Frequência a museus” e “Nº de viagens ao exterior nas férias”, uma vez que essas variáveis não se encontravam na mesma dimensão. Para tanto, as opções de resposta das variáveis “Frequência ao cinema”, “Frequência ao teatro” e “Frequência a museus”, que estavam inicialmente em formato categórico, foram transformadas em formatos numéricos como segue: se a resposta do egresso à questão foi “nunca” então transformamos para 1 ponto, “raramente” foi transformada para 2 pontos, “ocasionalmente” para 3 pontos, “frequentemente” para 4 pontos e “sempre” para 5 pontos.

A Análise Fatorial desse conjunto de variáveis gerou dois fatores, que utilizamos para a construção do índice da variável “Capital cultural”. Seguimos Sabioni et al (2016) para a transformação de nossos escores fatoriais em valores positivos entre zero e um, através da seguinte fórmula de padronização:

$$F_{ij} = \frac{(F - F_{min})}{(F_{max} - F_{min})}$$

onde F_{min} e F_{max} são os valores máximo e mínimo observados, respectivamente, para os escores fatoriais relacionados ao capital cultural dos egressos da nossa amostra.

Os resultados do Alfa de Cronbach no valor de 0,729 que obtivemos nesse processo de criação da variável “Capital cultural” é considerado como substancial para a validação da consistência interna das questões (variáveis) em análise (LANDIS; KOCH, 1977). É importante destacar que a Análise Fatorial aqui empreendida foi validada por meio dos Testes de KMO e de Bartlett, da análise de comunalidades, da variância total explicada e da matriz de componentes rotativa. Para a Análise Fatorial, utilizamos o método de rotação oblíqua Oblimin, que é o mais indicado para bancos de dados muito grandes (MATOS; RODRIGUES, 2019) como o da nossa amostra.

Para a comparação das variáveis, utilizamos, a um nível de 95% de confiança, o Teste *t* de Student e o Teste de Qui-Quadrado. O Teste *t* de Student permitiu verificar se os níveis de capital cultural (variável em formato métrico) são diferentes entre egressos cotistas e não cotistas. O teste *t* de Student, conforme Fávero e Belfiore (2017), é recomendado para variáveis métricas e sua interpretação deve ser feita da seguinte forma: se o p-valor encontrado na comparação das médias entre duas amostras independentes for menor que 0,05, significa que, a um nível de significância estatística de 5%, as médias populacionais dos grupos em comparação são diferentes, rejeitando a hipótese nula, e caso o p-valor seja maior que 0,05, dizemos que, a um nível de significância estatística de 5%, as médias populacionais das amostras independentes são iguais. Já o Teste de Qui-Quadrado foi usado para verificar se há diferença entre a contagem observada e a esperada das variáveis em formato categórico (por exemplo, “Escolaridade do pai”) em função do egresso ser cotista ou não cotista (duas amostras independentes). Segundo Fávero e Belfiore (2017), o Teste de Qui-Quadrado é recomendado para variáveis nominais e ordinais (portanto, categóricas).

4. Resultados e Discussão

Quanto à escolaridade da mãe, os resultados indicam que apenas 22,63% das mães dos egressos cotistas possuíam ensino superior completo enquanto que esse percentual era de 50,04% para as mães dos egressos não cotistas. Nos níveis inferiores de escolaridade, a situação tende a se inverter, uma vez que 38,56% das mães dos cotistas possuíam até o ensino fundamental completo contra 18% das mães dos não cotistas (p-valor = 0,000). Quanto à escolaridade do pai, os resultados indicam que somente 15,24% dos pais dos egressos cotistas possuíam ensino superior completo enquanto que esse percentual era de 43,05% para os pais dos egressos não cotistas. Nos níveis inferiores de escolaridade, assim como ocorre com as mães, a situação tende a se

inverter, uma vez que 47,74% dos pais dos cotistas possuíam até o ensino fundamental completo contra 24,17% dos pais dos não cotistas (p-valor = 0,000). A tabela 2 apresenta os dados de consumo de bens culturais pela frequência regular ao cinema, teatro e museus antes dos egressos entrarem na universidade.

Tabela 2 - Frequência regular das atividades culturais entre egressos cotistas e não cotistas antes de entrarem na universidade federal

Atividades culturais		Frequência regular das atividades (em %)					Valor de p
Cinema	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Sempre		
Cotistas	13,4%	29,6%	36,6%	17,4%	2,9%	p = 0,000	
Não cotistas	6,4%	20,4%	40,2%	26,9%	6,2%		
Teatro	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Sempre	Valor de p	
Cotistas	48,8%	37,1%	11,2%	2,3%	0,6%	p = 0,000	
Não cotistas	34,3%	44,7%	16,6%	3,6%	0,8%		
Museus	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Sempre	Valor de p	
Cotistas	37,2%	43,6%	15,1%	3,3%	0,9%	p = 0,000	
Não cotistas	26,7%	46,6%	21,1%	4,5%	1,1%		

Fonte: Dados da pesquisa.

As diferenças estatisticamente significativas apresentadas na tabela 2 sugerem que egressos cotistas foram menos regularmente ao cinema, teatro e museus do que os egressos não cotistas antes de eles entrarem na universidade federal. Quanto maior é a frequência dessas atividades culturais, menor é a presença dos egressos cotistas. E, ao contrário, a frequência do consumo dessas atividades culturais parece ter sido consideravelmente mais regular para os não cotistas.

Quando analisada a recorrência de viagens ao exterior, o percentual de egressos cotistas que já haviam viajado para o exterior nas férias antes de entrarem na universidade (6,65%) é quatro vezes menor do que o percentual de egressos não cotistas (27,44%). Além disso, entre aqueles que já haviam viajado ao exterior antes de entrarem na universidade, 61,94% dos egressos cotistas viajaram apenas uma vez e 38,06% viajaram duas vezes ou mais. Esses percentuais representam quase o inverso do encontrado entre egressos não cotistas, pois entre esses, 41,13% viajaram somente uma vez enquanto que 58,87% viajaram duas vezes ou mais. Destacamos que, entre os que viajaram, apenas 5,67% dos egressos cotistas já haviam viajado cinco vezes ou mais para o exterior nas férias antes de entrarem na universidade contra 17,69% dos egressos

não cotistas (p-valor = 0,000).

A partir desses resultados, realizamos a Análise Fatorial e validação do Alfa de Cronbach para a criação da variável “Capital cultural”, que é uma medida combinada das variáveis escolaridade do pai, escolaridade da mãe, número de viagens ao exterior nas férias e frequência regular ao cinema, ao teatro e a museus antes da entrada na universidade. Em seguida, realizamos o Teste *t* de Student onde comparamos as médias da variável “Capital cultural” entre egressos cotistas e não cotistas.

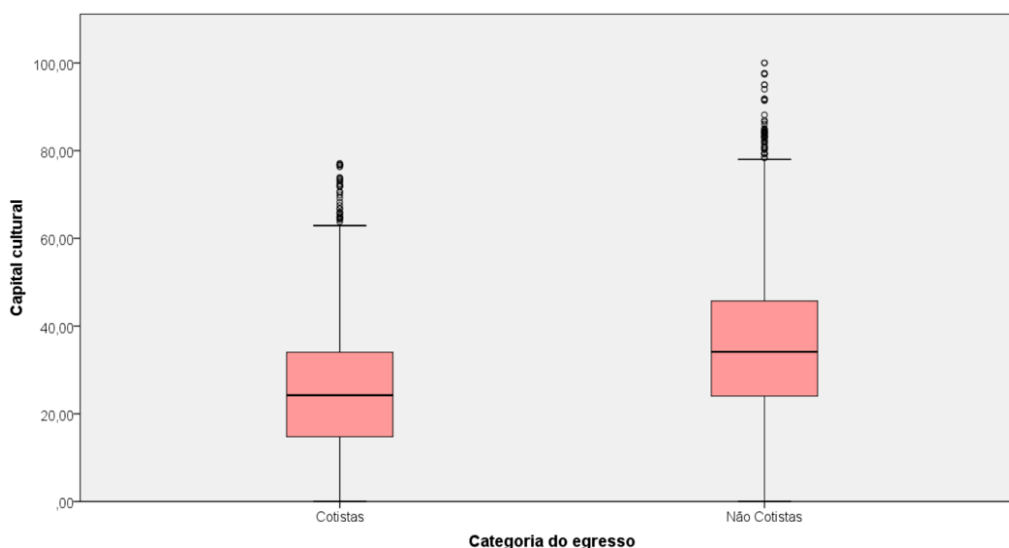
Ao realizarmos o Teste *t* de Student, os resultados indicam que há diferenças estatisticamente significativas nos níveis de capital cultural observados antes da entrada na universidade entre egressos cotistas e não cotistas (p-valor = 0,000). Isso significa dizer que, em média, egressos cotistas possuem pai e mãe menos escolarizados, viajaram menos vezes ao exterior nas suas férias e foram menos frequentemente ao cinema, teatro e museus do que os egressos não cotistas antes de entrarem na universidade federal, conforme podemos visualizar na tabela 3 e no gráfico 1.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas da variável “Capital cultural” antes da entrada na universidade entre os egressos cotistas e não cotistas (p-valor = 0,000)

Categoria do egresso	N	Média	DP	Variância	Mínimo	Máximo
Cotistas	3.525	25,205	14,322	205,123	0	77,11
Não Cotistas	7.540	35,098	16,120	259,886	0	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 1 - Box-plot da variável “Capital cultural” antes da entrada na universidade entre os egressos cotistas e não cotistas (p-valor = 0,000)



Fonte: Dados da pesquisa.

Nossos resultados confirmam os argumentos de Bourdieu (1986, 1992, 2007a, 2007b), Bourdieu e Passeron (2014) e Bourdieu e Wacquant (1992) de que estudantes de famílias de baixa renda (egressos cotistas) possuem menores níveis de capital cultural herdado e desenvolvido na família frente aos estudantes de famílias de melhor condição socioeconômica (não cotistas) antes de entrarem na universidade federal. Os egressos cotistas não superaram e nem igualaram os egressos não cotistas em nenhuma das dimensões de capital cultural analisadas, representadas pela escolaridade do pai e da mãe, o número de viagens ao exterior nas férias e a frequência ao cinema, teatro e museus antes de entrarem na universidade. Esses resultados mostram como as famílias brasileiras são distintas cultural e socioeconomicamente e como o *habitus* familiar, acumulado desde a infância, é diferente entre egressos cotistas e não cotistas. Esse processo desigual de aquisição de cultura a partir do ambiente familiar entre egressos cotistas e não cotistas pode se tornar, no entanto, invisível, justificando, ilusoriamente, o mito da meritocracia, conforme destaca Jessé Souza (2006).

Nossos resultados destacam a relevância da política de cotas das universidades federais para inclusão sociocultural dos estudantes cotistas. Isso porque sem as cotas, é menos provável que grupos desprivilegiados de uma educação básica de qualidade acessem o ensino superior das universidades federais (VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019), pois o estudante pobre se encontra em desvantagem com relação ao estudante de classes média e alta na forte concorrência por uma vaga no ensino superior público de qualidade (SILVA; XAVIER; COSTA, 2020). Além das cotas nas universidades, urge também políticas públicas educacionais e culturais que favoreçam, desde a pequena infância, o acesso a bens culturais a estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica a fim de se alcançar uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

5. Conclusão

O objetivo do artigo foi comparar os níveis de capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas dos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Avançamos no conhecimento e contribuímos para a literatura ao fazermos a primeira pesquisa nacional identificando e comparando os níveis de capital cultural herdado da família entre egressos cotistas e não cotistas antes de eles entrarem na universidade federal. Confirmamos nossa hipótese e mostramos que, em média,

egressos cotistas possuem menores níveis de capital cultural herdado da família em relação aos egressos não cotistas antes de eles entrarem na universidade federal. Além disso, os egressos cotistas não superaram e nem igualaram os não cotistas separadamente em nenhuma das dimensões que formam seu capital cultural aqui analisadas, representadas pela escolaridade do pai e da mãe, o número de viagens ao exterior nas férias e a frequência ao cinema, teatro e museus antes de entrarem na universidade.

Nesse sentido, nossos resultados destacam a relevância da política de cotas das universidades federais para inclusão sociocultural dos estudantes cotistas, justificando a sua existência e continuidade. Além da política de cotas no ensino superior, urgem também políticas públicas educacionais e culturais que favoreçam, desde a pequena infância, o acesso a bens culturais a estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica a fim de se alcançar uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

Uma possível limitação do artigo talvez se relacione ao aspecto metodológico, uma vez que o instrumento do questionário pode ser apontado por céticos como um possível viés para a pesquisa, dado o seu caráter facultativo de adesão para preenchimento pelos egressos participantes, talvez mais interessados no tema da pesquisa. No entanto, julgamos que nosso questionário, aplicado em 2021, produz resultados satisfatórios que provavelmente não teríamos sem a realização dessa pesquisa, considerando a inexistência de dados oficiais e de relatórios governamentais, principalmente por parte do Ministério da Educação (MEC), por exemplo, sobre a vida dos egressos das universidades federais antes de eles iniciarem seu curso de graduação. Além disso, acreditamos que a nossa amostra final de 11.458 egressos, de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais, das cinco regiões do país é bastante expressiva estatisticamente para diminuir possíveis vieses na coleta dos dados e interpretação dos resultados.

Pesquisas futuras poderão adotar uma abordagem qualitativa dos dados e verificar em profundidade como era o acesso a bens culturais pelos egressos cotistas e não cotistas e qual a importância do capital econômico e do estímulo da família nesse processo antes de eles entrarem na universidade. Pesquisas futuras poderão verificar também como esse capital cultural dos estudantes cotistas se altera a partir da sua presença no ensino superior público, gratuito e de qualidade, proporcionada pela política de cotas das universidades federais brasileiras.

Referências

- BLAZOTTO, M. L. S. H. et al. Comparison between students admitted through regular path and affirmative action systems in a Brazilian public medical school. **Advances in Medical Education and Practice**, v. 13, p. 251–263, 2022.
- BILLS, D. B.; DI STASIO, V.; GËRXHANI, K. The demand side of hiring: employers in the labor market. **Annual Review of Sociology**, v. 43, n. May, p. 291–310, 2017.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Greenwood, 1986.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Editorial Montessor, 2002.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007a.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive Sociology**. University of Chicago Press, 1992.
- CHOI, Y. The effects of English training abroad on labor market outcomes in Korea. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 41, p. 11–24, 2015.
- ERICKSON, B. H. Culture, class, and connections. **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 1, p. 217–251, 1996.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FLEMMEN, M. The structure of the upper class: a social space approach. **Sociology**, v. 46, n. 6, p. 1039–1058, 2012.
- FRIEDMAN, S.; LAURISON, D.; MILES, A. Breaking the “class” ceiling? Social mobility into Britain’s elite occupations. **The Sociological Review**, v. 63, n. 2, p. 259–289, 2015.

- HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6^a ed. São Paulo, SP, Brasil: Bookman Companhia Editora Ltda, 2009.
- HARTMANN, M. Class-specific habitus and the social reproduction of the business elite in Germany and France. **Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 262–282, 2000.
- KOPPMAN, S. Different like me: why cultural omnivores get creative jobs. **Administrative Science Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 291–331, 2016.
- LANDIS, J. R.; KOCH, G. G. The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics**, v. 33, n. 1, p. 159–74, 1977.
- LEMOS, A. H. C.; PINTO, M. C. S. Empregabilidade dos administradores: quais os perfis profissionais demandados pelas empresas? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 4, p. 01–15, 2008.
- MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, E. C. **Análise Fatorial**. Brasília, DF: Enap, 2019.
- MENDES, W. A.; FERREIRA, M. A. M. A influência da accountability na capacidade estatal, na alocação dos recursos públicos e no desenvolvimento socioeconômico em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, p. 131–147, 2021.
- RIVERA, L. A. Ivies, extracurriculars, and exclusion: elite employers' use of educational credentials. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 29, n. 1, p. 71–90, 2011.
- RIVERA, L. A. Go with your gut: emotion and evaluation in job interviews. **American Journal of Sociology**, v. 120, n. 5, p. 1339–1389, 2015.
- SABIONI, M. et al. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 477–500, 2016.
- SILVA, B. C. M.; XAVIER, W. S.; COSTA, T. M. T. Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal de Viçosa. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020.
- SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- TURCO, C. J. Cultural foundations of tokenism: evidence from the leveraged buyout

industry. **American Sociological Review**, v. 75, n. 6, p. 894–913, 2010.

VIEIRA, R. S.; ARENDS-KUENNING, M. Affirmative action in brazilian universities: effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, v. 73, 2019.